



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 09/2016

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 27 de abril de 2016*

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Paulo Paulino, José Pereira, José Galrito e Dalila Barros, respetivamente Vice-presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino informou os membros presentes da não comparência do sr. presidente na reunião, dado que, o mesmo se encontra na Associação Odiana, na Assembleia Geral Ordinária. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor presidente, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor vice-presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

1

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vice-presidente Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma retrospectiva dos eventos/iniciativas ocorridos(as), nomeadamente sobre o 42.º Aniversário do 25 de abril/Sessão Solene, realçando a presença dos vereadores opositores e vogais da Assembleia Municipal, bem como a realização da Feira de S. Marcos. -----

----- Os vereadores do Partido Social Democrata (PSD) José Pereira e Drª. Dalila Barros apresentaram a seguinte Moção “Regionalizar para um Estudo mais próximo dos cidadãos”, e que se passa a transcrever: *“Em Portugal, a sociedade e o Estado encontram-se notoriamente centralizados em termos económicos, sociais, políticos, culturais e administrativos. Uma circunstância que tem ganho expressão, e sido reforçada desde o século XIX, num processo imparável que nem as mais efusivas e consensuais proclamações em sentido oposto têm conseguido travar. Os regimes mudam, mas a centralização fica. E nem a consagração constitucional, expressa pelos deputados constituintes (vide artigos 255.º a 262.º da Constituição da República Portuguesa), se afirma como garante da sua concretização. Desde 1974, quase sem exceção, várias foram as forças políticas que participaram, professaram a descentralização e fizeram voto de fé no poder local e nas regiões. Por vezes a regionalização foi mesmo considerada como objetivo prioritário de vários governos. Um propósito que mereceu a aprovação, por unanimidade, da Lei-quadro das Regiões Administrativas (Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto), mas que não só, se não traduziu pela sua efetiva implementação, como após a citada, também sem exceção, os sucessivos governos que a essa data se sucederam aumentaram, uns mais que outros, os mecanismos de centralização ou, noutras palavras, nenhum verdadeiramente contrariou a tendência centralizadora dominante. Como resultado desse longo processo centralizador, a sociedade portuguesa é social, económica e politicamente pouco interventiva e excessivamente dependente da vontade emanada pelo Terreiro do Paço. Uma situação visível sob vários pontos de vista, nomeadamente no que respeita à concentração territorial e geográfica, e que de acordo com a quase totalidade dos indicadores económicos, sociais e demográficos, o litoral do País concentra desproporcionadamente recursos, população, riqueza, oportunidades e equipamentos, em detrimento do restante território, a qual constitui a sua*

maior parte. A inexistência de legitimidade política direta e universal num patamar intermédio constitui um fator que é fortemente lesivo do escrutínio dos cidadãos e que contrasta com o sempre apregoado princípio da subsidiariedade, o qual professa que as decisões devem ser tomadas por quem se encontra em melhor posição para garantir a eficácia das mesmas. Pelo que a afirmação da existência de órgãos regionais ou escalões intermédios de autogoverno em Portugal Continental constitui obviamente uma falácia. Os distritos são divisões administrativas criadas pelo poder central, cujos serviços centrais desconcentrados aí existentes funcionam, na sua quase totalidade, como meras extensões dos ministérios, sendo que os seus dirigentes são por estes nomeados, dependendo assim os respetivos titulares estreita e diretamente deste. A criação das regiões administrativas, contrariamente àquilo que os seus adversários afirmam, é, no essencial, uma questão de partilha de poder, a qual deve ser dirimida em favor de quem tem melhores condições para tomar a melhor decisão. É que a regionalização impõe, obrigatoriamente, que se proceda à reorganização político-administrativa do território, feita de cima para baixo e de baixo para cima. Ou seja, tudo precisa de ser discutido e sem tabus. Como é sabido, o Algarve sempre cultivou a ambição de uma maior autonomia. A qual traduz uma visão regional estruturada e coerente, politicamente democrática, e que resulta de um sentimento cujas raízes histórico-culturais ou geográficas ninguém desconhece ou ousa negar. Pelo exposto, e atendendo a que se abriu um processo de debate para aprovar um Programa Nacional de Reformas – programa esse que o Governo assumiu a disponibilidade para aperfeiçoar em resultado das posições dos diferentes agentes políticos e da sociedade civil – propõem os deputados municipais abaixo subscritores que: -----

1. Seja enviada ao Governo, e dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, o teor desta moção, solicitando a necessidade da Regionalização Administrativa de Portugal Continental ser incluída no âmbito e como medida prioritária do Programa Nacional de Reformas, apresentado à discussão pública pelo XXI Governo Constitucional; 2. Seja feita distribuição e divulgação desta moção pelos órgãos de comunicação social”. -----

3

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para apresentar a seguinte declaração de voto, que foi subscrita igualmente pelo vice-presidente Paulo Paulino, e que se passa a transcrever: *"Depois de levar a questão da regionalização ao Congresso Nacional do partido, e assumindo-se desde logo como o grande paladino da sua implementação através de grande foguetório mediático, o PSD resolveu apresentar a mesmíssima moção aos órgãos autárquicos do Algarve, propondo que "a necessidade da Regionalização Administrativa de Portugal Continental seja incluída no âmbito e como medida prioritária do Programa Nacional de Reformas", em boa hora apresentado à discussão pública pelo XXI Governo Constitucional. Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que prometeu tirar a norma travão da Constituição da República Portuguesa que obriga à instituição em concreto e em simultâneo de todas as Regiões Administrativas pela boca de Pedro Passos Coelho, recém-eleito Presidente do partido, e permitiria a criação da região-piloto do Algarve?! Convém não esquecer que o ainda líder do PSD defendeu em 15 de setembro de 2010 a remoção do "travão constitucional" à implementação de uma "solução gradualista" para a regionalização do país, através da criação de uma "experiência piloto" e nada fez nesse sentido enquanto Primeiro-ministro. Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, entre 2011 e 2015, esteve mais de quatro anos no Poder com maioria absoluta e nada fez para cumprir uma promessa eleitoral do seu líder tornado Primeiro-Ministro da República, antes reforçando os mecanismos de centralização e limitando a capacidade de intervenção dos serviços desconcentrados da Administração Pública, com prejuízos inegáveis na educação, saúde e ação social?! Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que desfraldou a bandeira da Reforma do Estado e nada mais fez do que uma lei plena de inconstitucionalidades, revista no segredo dos deuses após o chumbo do Tribunal Constitucional e publicou às escondidas, durante a campanha eleitoral para as Autárquicas de 2013, um pacote incluindo no mesmo diploma o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as*



*entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias e o regime jurídico do associativismo autárquico, esquecendo-se posteriormente de dotar as autarquias e as entidades intermunicipais de meios e recursos para concretizarem os seus elevados objetivos e expetativas. Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, prometendo legislação amiga das autarquias, encerrou freguesias a régua e esquadro, atacou a autonomia dos Municípios impondo a lei das 35 horas e prejudicou a prestação de serviços públicos impedindo a contratação de pessoal, como se não bastassem as dificuldades impostas com uma lei de compromissos e pagamentos em atraso verdadeiramente draconiana, alterou a lei do setor empresarial local de forma cega e desrespeitou os acordos com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses?! Apetece-nos perguntar se este PSD olhou-se ao espelho quando repetiu os argumentos usados pelos defensores da Regionalização Administrativa ao longo dos anos na fundamentação da presente moção e ignorou a ação governativa do Governo de António Guterres que capacitou as autarquias locais para melhor desempenharem as suas funções, dotando-as com um regime jurídico potenciador da intervenção dos cidadãos, aumentando a sua autonomia financeira (+85% de transferências financeiras) e confiando nas suas estruturas associativas para gerirem os fundos comunitários, tal como sucedeu no Algarve entre 1997 e 2002?! Completamente de sintonizado da agenda política, procurando cavalgar o sentimento de desilusão dos algarvios com uma promessa política sempre adiada e um compromisso constitucional que peca por omissão, este regresso ao passado do PSD-Algarve revela que pouco ou nada aprenderam com o resultado das eleições de 2015 e que nem a alteração recente do seu diretório regional serviu para alterar esse rumo. Qualquer bom governo poderá ser ainda melhor se tiver uma oposição ativa e exigente, capaz de apresentar-se como uma alternativa credível aos olhos do eleitorado. Com diretórios partidários desfocados da realidade social e preocupados apenas com cargos e manutenção do status quo, não iremos longe. A falta de memória e o desrespeito pelos compromissos eleitorais apenas contribuirá para aprofundar o fosso existente entre os cidadãos e os eleitos,*

  
5



fazendo um discurso em Lisboa e propalando outro no Algarve, apenas fundado em razões demagógicas que alargam ainda mais esse fosso e prejudicam de forma irreparável relações que devem ser de confiança e proximidade. Pior, a proposta do PSD-Algarve chega-nos depois da aprovação do Plano Nacional de Reformas no Conselho de Ministros da semana passada, depois de um amplo debate público sobre os seus objetivos, no qual o PSD nacional optou para fazer figura de corpo presente, aliás, seguindo o triste exemplo que já havia proporcionado ao País aquando da discussão parlamentar do Orçamento de Estado para 2016, quando desistiu de apresentar quaisquer propostas de melhoria. Concordando com a generalidade dos considerandos que fundamentam a proposta agora apresentada e submetida á nossa apreciação, não podemos aceitar que os órgãos autárquicos e intermunicipais do Algarve sejam instrumentalizados para alcançar fins meramente partidários de forma totalmente irresponsável. Defendemos que o Estado deve assegurar o pleno cumprimento do princípio da subsidiariedade, assegurar o aprofundamento da democracia local e implementar um processo de descentralização como pilar da reforma do Estado. Segundo o Programa do XXI Governo Constitucional e o Plano Nacional de Reformas, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional serão legitimado democraticamente o seu modelo de organização enquanto regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial, sendo ainda conferida prioridade à coerência territorial da administração desconcentrada do Estado, pelo que se promoverá a integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR's. No mesmo sentido, será reforçada a cooperação intermunicipal através das Comunidades Intermunicipais e a legitimidade democrática e competência das Áreas Metropolitanas. Coerentemente, será reforçado o papel dos Municípios e das Freguesias na gestão de serviços públicos de proximidade, preparando um novo enquadramento financeiro e de competências, de modo a concretizar, a partir de 2017, um novo modelo territorial, cumprindo o princípio da subsidiariedade. Ainda antes das próximas eleições autárquicas, os Municípios terão novas competências, resultantes da descentralização de várias áreas de política pública, como a educação (com respeito pela autonomia das escolas), a saúde, a ação social, dos transportes, da cultura, a proteção civil e as áreas

  
6

/

*portuárias. Consciente da necessidade de aprofundarmos o processo de Reforma do Estado, o PS-Algarve não abandona a defesa das Regiões Administrativas, como autarquias locais de âmbito regional. Contudo, neste momento, este é o passo possível na defesa da Regionalização e no caminho a percorrer até à sua instituição em concreto, para fecharmos o edifício do Poder Local autárquico conforme foi previsto na Constituição da República Portuguesa em vigor há quarenta anos. Se o PSD nacional não o faz, desafiamos os Senhores Deputados do PSD eleitos pelo Algarve a apresentarem esta proposta na Assembleia da República, local próprio para a sua apreciação e votação. Sublinha-se que acompanhamos os considerandos que sustentam esta proposta e pugnamos pela Regionalização, votando favoravelmente esta moção, mas não podemos deixar de sublinhar a falta de seriedade e a demagogia que a proposta encerra. Este é um TEMPO DE CONFIANÇA, de plantar SEMENTES DE ESPERANÇA e apresentar aos Portugueses e aos Algarvios SOLUÇÕES DE FUTURO, institucionalmente adequadas, financeiramente sustentáveis e socialmente justas!”, -----*

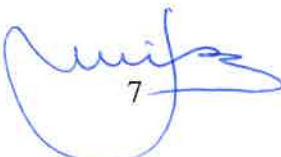
----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que está “estupefacto” pela declaração de voto apresentada pelo PS, no que respeita “aos ataques ao PSD”. Continuou a sua intervenção referindo que a Moção “não passou” no Congresso Nacional, porém, no PSD existe a liberdade de expressão e de ideias, e como tal “apresentamos uma Moção do PSD Algarve e principalmente dos Algarvios”. Findou mencionando que entende a posição tomada, uma vez que “não é uma posição de Alcoutim, mas sim uma posição do Algarve”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º78) respeitante ao dia 26 de abril, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.426.742,43; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.117.019,72; -----

  
7

----- Operações Não Orçamentais - € 302.310,56. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 07/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 13 de abril de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.


----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com voto de qualidade do presidente e 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros, aprovar a referida Ata. -----

----- Os vereadores srs. José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: Votamos contra a Ata, uma vez que o presidente não está a falar verdade, quando menciona na sua intervenção, no período antes da ordem do dia, que entregou uma tabela, referente às despesas com a Unidade Móvel de Saúde, entregando sim 1 (uma) cópia do correio eletrónico, e que se passa a transcrever: *“Ex.mo sr. Dr. José Graça, tendo sido solicitado por via telefónica, informação acerca das despesas efetuadas com a unidade Móvel de Saúde e pagas pela nossa instituição, referentes ao custo com o médico, enfermeiro e socorrista/motorista, serve o presente para informar que mensalmente, o custo total ascende a € 3.700,00”*. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE/PROCESSO N.º 56/2016 –**

**MARIA CECÍLIA GILABERT MOINE:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável, para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 177 e secção 078, no sítio do Ferrajial do Monte, Balurco de Cima, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, que se pretende em regime de 2 partes nas proporções de ½ em nome de Maria Cecília Gilabert Moine e ½ em nome de Emílio Piqueras

  
8



Gomez, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CONSIDERAÇÃO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PARQUE FOTOVOLTAICO SOLARA4 200W:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável ao pedido de consideração de Projeto de Interesse Municipal, respeitante ao projeto de PARQUE FOTOVOLTAICO SOLARA4 200 MW, apresentado por Solara4 – Energias Renováveis Lda, com o NIPC: 510 632 734 e sede no Largo Eng.º António de Almeida, nº 70 - sala 407, 4100-065 Porto, condicionado a que, apenas nas Áreas de Uso Múltiplo e Espaço Agrícola previstas no PDM de Alcoutim, sejam admitidas a realização de obras de construção civil destinadas a equipamentos de utilização coletiva públicos ou privados e a infraestruturas territoriais públicas ou privadas, de reconhecido interesse municipal desde que não exista alternativa viável à instalação dos mesmos e a sua localização seja fundamentada em estudo de enquadramento e de avaliação do impacte ambiental que assegure, nomeadamente, a sua correta integração no meio envolvente, e que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para a Assembleia Municipal para que esta aprove o Interesse Municipal, respeitante ao projeto de PARQUE FOTOVOLTAICO SOLARA4 200 MW, nos termos da alínea r) do n.º1 do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- O vice-presidente interveio para esclarecer que o assunto em causa tem como objetivo o pedido de consideração de projeto de interesse municipal, por parte da Solara4 - Energias Renováveis, Lda, referente ao Projeto de Parque Fotovoltaico, no que concerne às áreas de uso múltiplo e espaço agrícola,



9

previstas no Plano Diretor Municipal (PDM). -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra novamente para questionar a razão pelo qual o assunto não foi presente à reunião extraordinária, a fim de o mesmo ser submetido à próxima Assembleia Municipal, dado à urgência da matéria, tendo o vice-presidente esclarecido que o projeto em causa, no dia da reunião extraordinária ainda não se encontrava totalmente formalizado, por parte da referida entidade, no entanto, será introduzido na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal para discussão e votação. -----

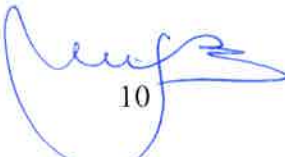
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **DOAÇÃO DE BEM MÓVEL AO CENTRO DE SAÚDE DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com alínea u) do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Inventário e Cadastro Municipal aprovado a 22 de maio de 2002, que se proceda ao abate dos bens, por cessão no âmbito da alínea c) n.º 1 do artigo 14.º do mesmo regulamento, e que o mesmo seja cedido ao Centro de Saúde de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO DE COMODATO SOBRE O PRÉDIO MISTO, SITUADO NA CERCA DA EIRA BRANCA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos das suas competências previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a minuta de contrato de comodato a realizar sobre o prédio situado na Cerca da Eira Branca entre o Município de Alcoutim e os srs. Sucinda da Conceição Rodrigues da Palma Pereira e José Manuel da Palma Pereira Rodrigues, nos termos presentes da minuta em anexo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,

  
10

aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 27 de abril de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

Presidente



O Secretário



